POSSÍVEL EFEITO REGULATÓRIO NA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA EMPRESA BRASILEIRA EM FUNÇÃO DA LEI Nº10.165/2000

Vicente Lima Crisóstomo

Doutor em Economia Financeira pela Universidade de Valladolid/Espanha
Professor do Depto de Ciências Contábeis/Universidade Federal do Ceará
vlc@ufc.br

Jackeline Lucas Souza

Doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará
Professora do Depto de Ciências Contábeis/Universidade Federal do Ceará
jackeline.souza@hotmail.com

Paulo Henrique Nobre Parente

Mestrando em Controladoria do PPAC/Universidade Federal do Ceará
paulonobrepente@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise da prática de Responsabilidade Social Ambiental, no contexto da RSC, de empresas brasileiras, no período 1996-2008, tendo como base, informações divulgadas no Balanço Social. A partir de indicadores de Responsabilidade Ambiental, referentes às ações ambientais internas e externas das empresas, fez-se uma avaliação comparativa desta vertente da RSC com as demais, avaliou-se comparativamente a Responsabilidade Ambiental entre setores considerados com maior potencial de impacto ambiental, de acordo com a Lei nº10.165/2000, e, se a promulgação deste instrumento legal interferiu na intensidade da Responsabilidade Ambiental no Brasil. Os resultados mostraram que as empresas brasileiras apresentaram indicadores de Responsabilidade Ambiental mais elevado após o advento da Lei nº10.165/2000 e que empresas de setores classificados pela referida Lei, como mais ambientalmente impactantes, têm indicador de responsabilidade ambiental superior. Tais resultados indicam que, de fato, parece haver um efeito positivo do fator regulamentação para a responsabilidade ambiental no Brasil.

Palavras-chave: Lei nº10.165/2000; Regulamentação; Responsabilidade ambiental; Responsabilidade social corporativa.

POSSIBLE EFFECT ON REGULATORY AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY OF BRAZILIAN COMPANY AS A FUNCTION OF LAW N ° 10.165/2000

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the environmental responsibility of Brazilian firms in the period of 1996-2008 to observe enforcement of environmental regulations. Using environmental responsibility indexes related to internal and external environmental actions, a comparative assessment of environmental responsibility with other firm responsibility indices was conducted. Environmental responsibility across sectors considered by Law 10.165/2000 as more prone to impact environment and other sectors has been compared. Mainly, we investigated whether Law 10.165/2000 may have affected the intensity of environmental responsibility in Brazil. Results show that internal social action is more intense than external and environmental ones in Brazil. Most important, Brazilian companies have higher environmental responsibility indices after the enactment of Law 10.165/2000, and sectors classified by this Law with more environment demand have superior environmental responsibility indicators. Indeed, such results indicate the possible presence of a positive enforcement effect on corporate environmental actions.

Key words: Corporate social responsibility; Environmental responsibility; Regulation; Law 10.165/2000.

1 INTRODUÇÃO

O processo estratégico de algumas empresas já passa a incorporar aspectos de relacionamento com o meio ambiente e diversos grupos sociais (Cochran, 2007; McWilliams & Siegel, 2001; Prahalad & Hamel, 1994), o que está alinhado com o enfoque de que as empresas devem estar atentas às demandas de um amplo espectro de *stakeholders* (Donaldson & Preston, 1995; Freeman, 1999; Freeman & Phillips, 2002; Freeman, Wicks, & Parmar, 2004; Jamali, 2008). Neste contexto, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está associada a um vasto espectro de relações entre a empresa e diversos *stakeholders*, bem como, com o meio ambiente. Este tema é ainda objeto de debates e controvérsias, tendo sido, recentemente, centro de ampla pesquisa (Cochran, 2007). O fato é que a RSC passou a ser considerada como importante fator para a sustentabilidade da empresa.

A responsabilidade ambiental, no contexto da RSC, ganha relevo, a cada dia, em razão da ênfase mundial dada à questão da preservação do planeta. Exigências de mercado, normalmente traduzidas pela necessidade de certificações, e ações governamentais, notadamente por meio de instrumentos regulatórios em cada país, têm forçado as empresas a estarem mais preocupadas com a questão ambiental (Benoit-Moreau & Parguel, 2011; Gemi, 2004; Polonsky, Carlson, & Grove, 1997). Neste contexto, iniciativas empresariais indicam que empresas têm dado atenção à preocupação ambiental em razão de pressões do mercado e de sustentabilidade (Gemi, 1998, 2001). A adoção de certificação ambiental tem mostrado resultados positivos para a preservação ambiental e também para o desempenho da empresa como um todo (Padma, Ganesh, & Rajendran, 2008; Sebhatu & Enquist, 2007). No Brasil, estudo realizado por Garrido & Figueiredo (2010) em empresas localizadas em São Carlos (SP, Brasil) mostrou que, na comparação com empresas não certificadas, as empresas com certificação ambiental ISO 14000:2000 têm seus processos e estratégias direcionados à redução de impactos ambientais.

O aspecto obrigatório de respeito ao meio ambiente é importante no sentido de exigir das empresas que se relacionem corretamente com o meio ambiente. Neste sentido, acordos internacionais e sua concretização, em termos locais, por meio de legislação específica faz-se crucial. Pesquisa tem destacado a importância da legislação ambiental, e de penalidades por agressão ambiental, como importante instrumento de proteção ao meio ambiente (Feldman & Perez, 2009; Fukuyama, Kilgour, & Hipel, 1996; Konisky, 2007). Biswas (1986) mostrava preocupação com a fragilidade da legislação ambiental em países em desenvolvimento.

Como em outros mercados, a empresa brasileira tem sido levada a melhorar sua responsabilidade socioambiental em razão de pressão do mercado, mas também, provavelmente, por força da legislação ambiental brasileira que, desde os anos 1970, verificou avanços importantes, apesar do muito que ainda pode ser melhorada. Neste cenário, estão as certificações relativas a processos organizacionais e, mais recentemente, certificações associadas à ação social e ambiental das empresas, como a ISO 14.000, ISO 26.000 e ABNT NBR 16001:2004. Por sua vez, o Brasil conta com órgãos governamentais com funções específicas de controle da ação empresarial relativamente ao meio ambiente e avançou bastante desde a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), em 1973. O ordenamento jurídico brasileiro relativo à questão ambiental tem como referência a Lei nº6.938/1981, alterada pela Lei nº10.165/2000, que estabelece diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente. Também compõe o arcabouço normativo ambiental, as Leis nº9.433/1997 e nº9.605/1998, que, respectivamente, instituíram a Política Nacional de Recursos Hídricos e o tratamento dos crimes ambientais, estabelecendo as infrações e punições às empresas.

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise da prática de Responsabilidade Social Ambiental no contexto da RSC de empresas brasileiras, no período 1996-2008, a partir das informações divulgadas no Balanço Social proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Avaliamos a intensidade da Responsabilidade Social Ambiental comparativamente com as demais vertentes da RSC, quais sejam, ação social interna e externa. Merece destaque especial nesta pesquisa, a análise da Responsabilidade Ambiental, tendo como

referência a classificação de alguns setores da economia em níveis de impacto ambiental alto, médio e baixo, promovida pela Lei nº10.165/2000, ao alterar a Lei nº6.938/1981.

Os resultados indicam que a ação de responsabilidade social interna é superior à externa e ambiental no Brasil. A ação ambiental ligada ao processo produtivo da empresa é superior à ação socioambiental externa e teve um avanço importante ao longo do período pesquisado. A ação ambiental de setores considerados com maior potencial de impacto ambiental é superior à dos demais, contrariamente ao verificado para a ação social interna e externa que é superior para os setores não considerados pela Lei nº10.165/2000. Verifica-se um aumento da responsabilidade ambiental, em suas duas vertentes, no período após a promulgação de Lei nº10.165/2000, para as empresas de setores não considerados impactantes e mais destacadamente, para os setores de médio impacto ambiental. Adicionalmente, observa-se que os grupos de pessoas responsáveis pela definição das políticas de RSC da empresa não são independentes do potencial de impacto ambiental da empresa estabelecido pela referida Lei.

Este trabalho está organizado em quatro seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta uma revisão da literatura e propõe as hipóteses de pesquisa; a metodologia de pesquisa, amostra e variáveis são apresentadas na seção 3; os resultados encontrados são apresentados na seção 4 e, por fim, as conclusões do trabalho são apresentadas na seção 5.

2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E HIPÓTESES

Nos dias atuais, a empresa passou a vivenciar um ambiente com mais ampla gama de demandas sociais, comparativamente ao que se observava algumas décadas atrás. Neste novo cenário, as empresas passaram a incorporar preocupações sociais na sua estratégia, passando a ter uma relação mais próxima com o conjunto da sociedade (Goldstein, 2007). Esta incorporação pode, segundo alguns autores, vir a modificar o modelo de gestão organizacional e até mesmo interferir nas decisões relativas a políticas estratégicas da empresa (Cochran, 2007; McWilliams & Siegel, 2001; Prahalad & Hamel, 1994). Neste novo cenário, a questão da responsabilidade ambiental tem ocupado papel de destaque.

2.1 Responsabilidade socioambiental no Brasil

Resultados de evidência internacional mostram que peculiaridades de cada país podem desempenhar um papel relevante na determinação da intensidade da RSC das empresas (Baughn, Bodie, & McIntosh, 2007; Gjørlberg, 2009). No Brasil, a ideia da RSC amadureceu com a incorporação do tema responsabilidade social por parte de um conjunto de empresas que começaram a promover ações sociais motivadas por um conjunto de fatores: pressões por parte de agências internacionais; campanhas de várias organizações de proteção da natureza para redução do impacto ambiental da ação empresarial; a Constituição de 1988, que representou um grande avanço em questões sociais e ambientais; a realização de grandes eventos e programas sociais, esportivos e ambientais por parte de empresas multinacionais e a atuação de grandes empresas públicas nacionais (IBASE, 2008). Nota-se a ênfase dada à questão ambiental que é influenciada por questões de mercado, legislação local e acordos internacionais, o que motiva o aprofundamento da pesquisa sobre o tema no Brasil.

2.2 Legislação ambiental no Brasil

As questões ambientais foram, inicialmente, abordadas em nível internacional, tendo como marco para esse assunto a Conferência nas Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1972. No Brasil, a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), em 1973, foi fruto da repercussão dessa Conferência (MPF, 2004).

A necessidade de atendimento às exigências ambientais para a execução de projetos de construção, nos fins da década de 1970 e início dos anos 1980, financiados pelo BIRD e pelo BID, despertou no Brasil a criação de legislação própria de política ambiental, uma vez que até então esses estudos ambientais eram feitos segundo normas de agências internacionais, que se baseavam em parâmetros nem sempre compatíveis com a nossa biodiversidade.

Respalado no Princípio 21 da Declaração de Estocolmo (1972), que dispunha que os “Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos, de acordo com a sua política ambiental”, em 1981, foi editada a Lei nº6.938, criando a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecendo seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e, ainda, constituindo o Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Cadastro de Defesa Ambiental (Sisnama). A Lei nº7.735/1989 criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) para exercer o poder de polícia ambiental e executar ações da política nacional de meio ambiente.

A Lei nº6.938/1981 estabeleceu diretrizes sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, as ações dos Governos Federal, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais em relação à preservação da qualidade ambiental e à manutenção do equilíbrio ecológico. Entre as atribuições inseridas por esta lei, têm-se a realização de estudos sobre as alternativas e consequências de impactos ambientais, sob responsabilidade do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Entre as atribuições deste Conselho inclui-se estabelecer, mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras. Por meio da Resolução nº01/1986 (alterada pelas Resoluções nº11/1986 e nº05/1987), o CONAMA tornou obrigatória, para diversas atividades, a elaboração do Estudo dos Impactos Ambientais(EIA). Este documento deve contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-se, inclusive, com a hipótese de não execução. Também obrigatório é o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) que deve ser apresentado de forma objetiva e clara, sendo um documento público.

Entre as diversas alterações sofridas pela Lei nº6.938/81, merece destaque a instituição da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) e a inclusão do Anexo VIII que classifica ramos de atividade econômica (setores) com mais potencial poluidor e de utilização de recursos ambientais, mudanças estas promovidas pela Lei nº10.165, de 27 de dezembro de 2000. A TCFA foi criada com o objetivo de controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e demandadoras de recursos naturais. Esta taxa é fixada de acordo com o porte da empresa: microempresas e empresas de pequeno, médio e grande porte. A cobrança da TCFA é exercida para todo aquele que pratica as atividades constantes no Anexo VIII da Lei nº6.938/1981, sendo o sujeito passivo obrigado a entregar, até o dia 31 de março, o relatório das atividades exercidas no ano anterior. A cobrança da TCFA também pode ser estabelecida na esfera estadual, que permite ao estado receber uma parcela da arrecadação ficando destinada à agência ambiental estadual (Silva & Cidade, 2006).

Outras Leis no ordenamento jurídico brasileiro têm também desempenhado um importante papel na definição de regras para a relação entre empresa e meio ambiente. A Lei nº9.433/1997 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, definindo suas especificidades e sua gestão. A Lei nº9.605/1998 trata sobre os Crimes Ambientais, referindo-se às infrações e punições às empresas.

Parece relevante a classificação de setores na economia promovida pela Lei nº10.165/2000, ao deixar claro ao mercado e às empresas como cada atividade econômica está sendo considerada pela legislação em relação ao meio ambiente e quais suas obrigações para manter padrões de qualidade que lhe permitam minimizar os danos ao meio ambiente. Esta relevância nos motiva à proposição de algumas hipóteses relativa à responsabilidade ambiental da empresa brasileira.

2.2.3 Hipóteses

Como comentado nas secções anteriores, só mais recentemente o Brasil passou a ter uma legislação ambiental de controle da ação empresarial. A ação social externa da empresa, por sua vez, é algo que, de fato, na maioria dos casos, está no grupo de ações voluntárias. Por outro lado, o Brasil conta com uma tradicional e forte legislação trabalhista. Muitas das obrigações trabalhistas legais têm sido tratadas pelas empresas como “ação social”, o que eleva a intensidade da ação social interna da empresa no Brasil. Estes fatos nos motivam a propor uma primeira hipótese de que a empresa brasileira tem maior intensidade de ação social interna comparativamente à ambiental e à externa.

Hipótese 1: As empresas brasileiras têm distinta intensidade de ação social comparando-se às vertentes de ação interna, externa e ambiental, sendo mais intensa a ação interna.

A ação ambiental é segmentada em duas vertentes: ação ambiental ligada ao entorno do processo de produção da empresa e a ação ambiental externa. Esta segunda vertente, está associada com as ações educativas e campanhas ambientais, bem como as ações pontuais de recuperação ambiental, por exemplo. Estas ações tendem a ser voluntárias. Por outro lado, a primeira delas está diretamente associada à preocupação da empresa em não agredir o meio ambiente e também minimizar a demanda por recursos naturais. A legislação ambiental está bem direcionada para estas duas questões. Empresas são motivadas a evitar agredir o ambiente, uma vez que as penalidades são vultosas, tendendo a ser proporcionais aos danos causados. Ao mesmo tempo, há uma necessidade urgente de reduzir a utilização de recursos naturais frente ao problema da escassez. A Lei nº10.165/2000 avalia as empresas exatamente quanto ao potencial poluidor e de utilização de recursos naturais. Neste sentido, espera-se que empresas em todo o mundo estejam preocupadas com estes aspectos, voluntária ou compulsoriamente. Consideramos que a legislação brasileira esteja contribuindo para que as empresas invistam mais em prevenção por meio do aprimoramento de seus processos produtivos em sintonia com a literatura que tem apontado o fortalecimento da regulação ambiental como relevante nesta direção (Feldman & Perez, 2009; Fukuyama, Kilgour, & Hipel, 1996; Konisky, 2007). Esta argumentação nos leva à proposição de uma segunda hipótese que preconiza haver no Brasil uma maior preocupação com a ação ambiental interna, ou operacional, do que com a ambiental externa.

Hipótese 2: As empresas brasileiras têm ação ambiental operacional mais intensa que a ação ambiental externa.

O advento da classificação de atividades econômicas por potencial de impacto ambiental, por meio da Lei nº10.165/2000, faz surgir algumas indagações sobre eventuais efeitos desta categorização na intensidade da ação ambiental empresarial no Brasil. Observe-se que um conjunto de setores não está classificado em qualquer nível de potencial impacto ambiental pela referida Lei. Desta forma, pode-se esperar que os setores considerados impactantes pela Lei sejam aqueles que devem priorizar a ação socioambiental em detrimento das demais ações sociais comparativamente aos demais setores da economia não considerados pela Lei como ambientalmente muito impactantes. Estes argumentos nos levam a propor a hipótese de que empresas de setores elencados pela Lei têm mais intensa ação socioambiental, notadamente a associada ao ambiente operacional da empresa, comparativamente a empresas de outros setores.

Hipótese 3: A Responsabilidade socioambiental de empresas de setores de atividade econômica considerados com potencial de impacto ambiental de acordo com a Lei nº10.165/2000 é superior àquela de outros setores.

A questão da promulgação da Lei nº10.165/2000 também pode ser considerada sob o ponto de vista temporal no sentido de que ela pode ser considerada como um marco capaz de provocar mudanças na intensidade de ação socioambiental de empresas, notadamente daquelas de setores que

passaram a constar explicitamente na Lei como com potencial de impacto ambiental. A inclusão de setores na Lei nº10.165/2000 pode fazer com que empresas destes ramos de atividade intensifiquem sua preocupação ambiental, notadamente interna, por necessidade de capacitar-se para evitar agressões ao meio ambiente e sofrer eventuais penalidades decorrentes. Isto nos leva a propor uma hipótese adicional de que empresas de setores elencados pela Lei nº10.165/2000 incrementaram sua preocupação ambiental com o advento da Lei nº10.165/2000. Esta hipótese pode também ser verificada para todos os setores da economia, como também para os setores não considerados pela Lei e cada um dos segmentos, por nível de potencial de impacto ambiental, de acordo com a Lei nº10.165/2000.

Hipótese 4: A Responsabilidade socioambiental das empresas brasileiras de setores considerados com potencial impacto ambiental de acordo com a Lei nº10.165/2000 foi incrementada com o advento deste instrumento legal.

Por fim, consideramos oportuno avaliar se os grupos de atores envolvidos na definição da política de RSC da empresa têm alguma relação com o potencial de impacto ambiental da empresa. Considerando que empresas com mais potencial de impacto ambiental têm necessidade de priorizar sua responsabilidade ambiental e, isto as leva a serem menos propensas a envolver todos os empregados na definição de sua política de RSC. Crisóstomo, Parente, & Soares (2011) encontraram evidência de que empresas com envolvimento de todos os empregados na definição de política de RSC têm a ação social interna mais intensa. Por outro lado, encontraram que a ação ambiental é significativamente superior exatamente nas empresas que envolvem somente a direção e gerências na definição da política de RSC. Deste modo, propomos outra hipótese de que há interferência entre o fato da empresa ser considerada com potencial de impacto ambiental pela Lei nº10.165/2000 e o grupo de pessoas envolvidas na definição da RSC. Esperamos que empresas mais impactantes ambientalmente, de acordo com a Lei nº10.165/2000, priorizam a participação da direção e gerência no estabelecimento da política de RSC.

Hipótese 5: Os grupos de pessoas envolvidos na definição da política de RSC da empresa brasileira sofrem interferência do fato da empresa ser de um setor da economia considerado com potencial de impacto ambiental pela Lei nº10.165/2000.

As hipóteses propostas alicerçam-se na avaliação da responsabilidade socioambiental, dentro da responsabilidade social corporativa, com vistas na análise das ações (internas e externas), das empresas brasileiras, pelos setores enquadrados como potencialmente poluidores dos recursos ambientais, de acordo com a Lei nº10.165/2000.

3 MÉTODO, AMOSTRA E VARIÁVEIS

O formato livre da evidenciação da RSC restringe a possibilidade de análises destas informações. No entanto, a adesão de um grande número de empresas ao Balanço Social proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) possibilita a confecção de uma base de dados com informações sobre RSC de empresas brasileiras. Para a realização deste trabalho, dados de RSC foram obtidos na página Web do IBASE. Uma análise descritiva inicial permite que se tenha uma visão geral da amostra utilizada. Neste estágio da pesquisa, utilizou-se a comparação de intensidade de responsabilidade social a partir de indicadores criados com base nos dados evidenciados via Balanço Social do IBASE. Comparação de médias foi a estratégia adotada, adicionalmente, um teste de significância de proporções foi utilizado para verificação da hipótese 5.

A amostra está composta por empresas que divulgaram dados relativos à RSC no IBASE no período 1996-2008, num total de 1.199 observações anuais de 283 empresas com distinto número de observações anuais de cada uma (Tabela 1). Estão na amostra, empresas de 15 setores da economia considerados com potencial impacto ambiental pela Lei nº10.165/2000. Além destes, a

amostra conta com empresas do setor financeiro e de outros não considerados pela referida lei como com potencial de impacto ambiental.

O problema de mensuração e avaliação da RSC tem sido recorrentemente citado como um problema na pesquisa sobre RSC. A ampla variedade de *proxies* utilizadas em distintos trabalhos comprova isto (Margolis & Walsh, 2003). Esta dificuldade pode ser ainda mais acentuada em mercados menos desenvolvidos, nos quais a questão da RSC não tem o relevo já alcançado em economias mais avançadas e a informação sobre RSC é mais escassa.

Este trabalho ADOTA um índice de RSC a partir dos dados disponibilizados pelo IBASE. Ali estão disponibilizados dados referentes a gastos nas três vertentes de ação social empresarial (Anexo A): ação social interna, ação social externa e ação ambiental. Seguindo trabalhos anteriores sobre o tema no Brasil, indicadores da ação social como um todo e de cada vertente de ação social são obtidos pelo quociente entre os gastos na ação específica e a receita líquida da empresa no ano específico (Crisóstomo, Freire, & Vasconcellos, 2011; Crisóstomo, Parente, & Soares, 2011; Machado, Machado, & Santos, 2010). O índice de RSC, Índice de Desempenho Social Corporativo (IDSC) utilizado neste trabalho, leva em consideração os três aspectos citados. No nosso caso, o índice IDSC corresponde ao total de gastos sociais relativamente à receita líquida. Para cada vertente de ação social da empresa (relação com empregados, ação social externa e ação ambiental) também foram criados índices específicos. Para cada segmento de ação social foi calculado um índice que é igual ao quociente entre os valores gastos na respectiva dimensão de ação social corporativa e a receita líquida: índice relativo à relação com colaboradores internos (IINT), índice relativo à ação social externa (IEXT) e índice relativo à ação ambiental (IAMB). O IAMB, por sua vez, incorpora gastos com ação socioambiental externa (IAMB_EX) e ação ambiental operacional (Iamb_OP). O IAMB_OP incorpora investimentos em tecnologia e processos internos da empresa visando sua melhor adequação à relação com o meio ambiente, com vistas a reduzir a possibilidade de ocorrência de sinistros, bem como minimizar o impacto da ação empresarial no meio ambiente.

Tabela 1 – Número de empresas da amostra

Distribuição dos Setores	N. observ.	%	N. empresas	%
<u>Setores considerados com impacto ambiental pela Lei 10.165/2000</u>				
Extração e tratamento de minerais	6	0,5	2	0,71
Indústria de produtos minerais não-metálicos	14	1,17	3	1,06
Indústria metalúrgica	74	6,17	12	4,24
Indústria mecânica	65	5,42	17	6,01
Indústria de material elétrico, eletrônico e comunicações	16	1,33	5	1,77
Indústria de madeira	5	0,42	2	0,71
Indústria de Papel e Celulose	34	2,84	9	3,18
Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos	28	2,34	6	2,12
Indústria de produtos de matéria plástica	14	1,17	4	1,42
Indústrias diversas	4	0,33	1	0,35
Indústria química	115	9,59	33	11,66
Indústria de produtos alimentares e bebidas	204	17,01	51	18,02
Serviços de utilidade	51	4,25	10	3,53
Transporte, terminais, depósitos e comércio de produtos químicos, perigosos e combustíveis	11	0,92	3	1,06
Turismo	2	0,17	1	0,35
<u>Setores não considerados com impacto ambiental pela Lei 10.165/2000</u>				
Financeiro e seguros	85	7,09	17	6,01
Outros setores não classificados na Lei 10.165/2000	471	39,28	107	37,91
Total:	1199	100,00	283	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores

4 RESULTADOS E ANÁLISES

A Tabela 2 exibe o número de empresas por nível de impacto ambiental, de acordo com a Lei nº10.165/2000.

Tabela 2 - Número de empresas por setor de acordo com o potencial de impacto ambiental segundo a Lei nº 10.165/2000

Potencial de impacto ambiental	Número observações	de %	Número empresas	de %
Não identificado na Lei 10.165/2000	556	46,37	124	43,82
Baixo	24	2,00	7	2,47
Médio	373	31,11	92	32,51
Alto	246	20,52	60	21,20
Total	1199	100,00	283	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores

Empresas do setor financeiro e outros setores não considerados pela Lei nº10.165/2000 correspondem a 43,82% das empresas (46,37% das observações anuais), enquanto 53,63% são empresas de setores classificados pela Lei nº10.165/2000. Destas, 2,47% correspondem a empresas consideradas com baixo potencial de impacto ambiental, enquanto, 32,51% e 21,20% são de empresas de setores avaliados como de médio e alto potencial de impacto ambiental, respectivamente.

Valores descritivos de indicadores de Responsabilidade Ambiental (IAMB_OP, IAMB_EX e IAMB) são apresentados na Tabela 3. Observa-se que os valores de IAMB chegam a pouco mais de 0,5% da receita líquida, sendo estes números fortemente associados à responsabilidade ambiental direcionada ao entorno operacional e de produção da empresa (Iamb_OP), que é de 0,48%. Observa-se uma alta variabilidade da ação ambiental, como se vê pelo valor de desvio-padrão que supera a média dos três índices, apresentando elevados coeficientes de variação, assim como também ocorre com a ação social externa (Iext). Por outro lado, observa-se mais homogeneidade na ação social interna (Iint). A grande variabilidade na ação socioambiental, provavelmente, se deve à diversidade de setores, que é importante para o estudo.

Tabela 3 - Informações descritivas dos indicadores de Responsabilidade Social ambiental e geral

Informações estatísticas	IAMB_OP	IAMB_EX	IAMB	IINT	IEXT	IDSC
N	1199	1199	1199	1199	1199	1199
Média	0,0048	0,0003	0,0055	0,0729	0,0060	0,0896
Desvio Padrão	0,0099	0,0008	0,0108	0,0526	0,0126	0,0665
Coeficiente de Variação	2,0625	2,6667	1,9636	0,7215	2,1000	0,7422
Mediana	0,0003	0,0000	0,0006	0,0575	0,0013	0,0693
Mínimo	0,0000	0,0000	0,0000	0,0019	0,0000	0,0018
Máximo	0,0389	0,0034	0,0424	0,2033	0,0523	0,2652

Fonte: Elaborada pelos autores

Os resultados da Tabela 4 dão suporte à hipótese 1 de que há uma diferença significativa na intensidade da ação social entre suas distintas vertentes. De fato, a ação social interna da empresa brasileira (Iint) é, em média, significativamente superior à ação ambiental (Iamb) (coluna 2) e à externa (Iext) (coluna 3). Avaliando os dois segmentos específicos que compõem a ação ambiental, observa-se que a responsabilidade ambiental associada à operação e produção da empresa (Iamb_OP) é superior à ação ambiental externa (Iamb_EX) (coluna 1), dando suporte para a aceitação da proposição da hipótese 2.

Tabela 4 - Comparação de média entre os indicadores de RSC

Indicadores	IAMB_OP	IAMB_EX	IINT	IAMB	IINT	IEXT	IEXT	IAMB
	(i)		(ii)		(iii)		(iv)	
Média	0,0048	0,0003	0,0729	0,0055	0,0729	0,0060	0,0060	0,0055
Valor-p	0,0000		0,0000		0,0000		0,2788	

Fonte: Elaborada pelos autores

A Tabela 5 exhibe os valores médios de RSC ambiental operacional e externa, bem como dos demais índices de RSC por grupo de setores, setores de empresas consideradas com potencial de impacto ambiental pela Lei nº10.165/2000 (Impactantes) e aqueles não considerados pela lei (Não-impactantes). Os resultados mostram que, de fato, a RSC ambiental (Iamb) é superior para os setores considerados impactantes pela Lei nº10.165/2000, comparativamente aos demais. Observando-se detalhadamente, vê-se que esta diferença é destacada pela ação ambiental associada ao ambiente operacional da empresa (IAMB_OP), que é significativamente superior à das demais. A ação ambiental externa (IAMB_EX), por sua vez, é superior para os setores não enquadrados como ambientalmente impactantes pela Lei nº10.165/2000. A ação ambiental externa está associada, por exemplo, a projetos de conservação e despoluição do meio ambiente, e a campanhas de conscientização e educação socioambiental para a comunidade externa. Estas atividades parecem estar na pauta de responsabilidade ambiental de todo o conjunto de empresas. Adicionalmente, pode-se observar que a RSC interna (IINT) e externa (Iext) são superiores para os setores não considerados impactantes pela Lei nº10.165/2000, já que não sofrem tanta pressão relativamente à questão ambiental comparativamente aos demais. Estes números contribuem para a significativa superioridade da RSC como um todo (IDSC) dos setores não considerados pela Lei nº10.165/2000.

Tabela 5 - Comparação de RSC entre empresas de setores impactantes e não-impactantes ao meio ambiente, de acordo com a Lei nº 10.165/2000, referente a todos os indicadores

Setores	N	IAMB_OP	IAMB_EX	IAMB	IINT	IEXT	IDSC
Impactantes	643	0,0057	0,0003	0,0062	0,0602	0,0024	0,0718
Não-impactantes	556	0,0037	0,0004	0,0048	0,0876	0,0101	0,1102
Valor-p		0,0004	0,0006	0,0253	0,0000	0,0000	0,0000

Fonte: Elaborada pelos autores

Uma análise comparativa de médias de RSC ambiental antes e depois da promulgação da Lei nº10.165/2000 é exibida na Tabela 6, com o objetivo de verificar a hipótese 4. A análise foi feita para toda a amostra e, por grupos de empresas de acordo com o setor. Os resultados mostram que a média de RSC ambiental (IAMB) é significativamente superior no período após a Lei nº10.165/2000 para todo o conjunto de empresas que divulgaram RSC pelo modelo do IBASE (Tabela 6, Painel A). Esta diferença é significativa para as duas vertentes de ação ambiental, ação ambiental operacional (IAMB_OP), e, ação ambiental externa (IAMB_EX). Estes resultados indicam que o conjunto de empresas brasileiras avançou no contexto da responsabilidade ambiental após a promulgação da Lei nº10.165/2000. A Lei nº10.165/2000 parece ter tido um efeito positivo no sentido de sensibilizar a classe empresarial sobre a importância do tema ambiental em todos os setores de atividade. Fazendo-se análises mais detalhadas pode-se observar que, especificamente, as empresas de setores não classificados como potencialmente impactantes pela Lei nº10.165/2000 apresentaram valores médios de responsabilidade ambiental superiores no período posterior à promulgação da Lei nº10.165/2000, indicando um avanço positivo deste grupo de empresas na preocupação com a questão ambiental (Tabela 6, Painel B), apesar de não terem sido incluídos como impactantes, de acordo com a Lei supracitada, o que é muito positivo.

De modo distinto, empresas de setores classificados pela Lei nº10.165/2000 como ambientalmente impactantes não apresentaram médias de indicadores de responsabilidade ambiental significativamente superiores no período após a Lei nº10.165/2000 (Tabela 6, Painel C).

As empresas dos setores considerados como de alto impacto ambiental não apresentaram médias de indicadores de responsabilidade ambiental superiores no segundo período (Tabela 6, Painel E). De modo distinto, empresas de setores considerados como de médio impacto ambiental apresentaram índices de responsabilidade ambiental, significativamente, superiores no período após a promulgação da Lei nº10.165/2000 (Tabela 6, Painel D). Estes resultados indicam que as empresas de setores de médio potencial de impacto ambiental foram as que mais avançaram na preocupação ambiental. Talvez a Lei nº10.165/2000 tenha servido como um alerta para este coletivo de empresas, diferentemente das de setores de alto potencial de impacto ambiental que já teriam a questão ambiental mais priorizada em razão de leis anteriores como Lei nº6.938/1981 e mesmo de necessidades de certificações que já as obrigavam a terem padrões mínimos de respeito ao ambiente, o que é bastante comum em empresas com alto potencial de impacto ambiental já há mais tempo e também empresas exportadoras.

Tabela 6 - Comparação de média antes e depois da Lei 10.165/2000 para todos os setores

Período	N	IAMB_OP	IAMB_EX	IAMB
Painel A - Todos os setores				
Antes	202	0,0033	0,0002	0,0037
Depois	997	0,0051	0,0004	0,0059
Valor-p		0,0184	0,0131	0,0101
Painel B - Setores não classificados pela Lei				
Antes	121	0,0024	0,0002	0,0029
Depois	435	0,0041	0,0005	0,0053
Valor-p		0,0854	0,0125	0,0332
Painel C - Setores classificados pela Lei				
Antes	81	0,0046	0,0002	0,0049
Depois	562	0,0059	0,0003	0,0063
Valor-p		0,2943	0,2054	0,2734
Painel D - Setores de médio impacto de acordo com a Lei				
Antes	37	0,0005	0,0001	0,0006
Depois	336	0,0050	0,0003	0,0054
Valor-p		0,0046	0,0672	0,0038
Painel E - Setores de alto impacto de acordo com a Lei				
Antes	44	0,0080	0,0003	0,0086
Depois	202	0,0079	0,0003	0,0084
Valor-p		0,9410	0,7850	0,9433

Fonte: Elaborada pelos autores

Resultados contidos na Tabela 7 mostram que, de fato, os grupos de pessoas envolvidas na definição das políticas de RSC, quais sejam, todos os empregados, direção e gerências, somente a direção é diferente entre setores considerados de mais impacto ambiental de acordo com a Lei nº10.165/2000 comparativamente àqueles não considerados pela lei conforme previsto pela hipótese 5.

Tabela 7 – Grupos de pessoas envolvidos na definição da RSC e o fato de ter impacto ambiental de acordo com a Lei 10.165/2000

Setores impactantes de acordo com a Lei		Responsáveis pela definição da Política de RSC			TOTAL
		Todos empregados	Direção e Gerências	Direção	
Empresas de setores não-classificados pela Lei	Frequência	40	228	26	294
	% do total	5,67	32,34	3,69	41,7
Empresas de setores classificados pela Lei	Frequência	34	341	36	411
	% do total	4,82	48,37	5,11	58,3
Total	Frequência	74	569	62	705
	% do total	10,5	80,71	8,79	100

Pearson $\chi^2(2) = 5,2686$; Valor-p = 0,072

Fonte: Elaborada pelos autores

Foi realizado um teste de comparação de proporções entre empresas consideradas pela Lei nº10.165/2000 e os grupos de pessoas envolvidas na definição da estratégia de RSC. Para um teste χ^2 , o valor-p foi de 0,072. A política de RSC de empresas mais impactantes tem sua definição na política de RSC mais frequentemente nas mãos da direção e gerências, e somente direção ao mesmo tempo em que se nota uma maior propensão a ter-se o envolvimento de todos os empregados nos setores de menor impacto ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho fez uma análise da Responsabilidade Ambiental Corporativa no Brasil a partir de dados de RSC evidenciados por meio do Balanço Social proposto pelo Ibase no período 1996-2008, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº10.165/2000 na Lei nº6.938/1981 – que trata da Política Nacional do Meio Ambiente - como importantes para o avanço da Responsabilidade Ambiental no Brasil. Para Tódero, Macke, & Biasuz (2011), o conhecimento do conjunto de empresas brasileiras que têm adotado a prática de evidenciar ação social, notadamente ambiental, é importante no momento em que a RSC vai além das obrigações legais, como forma de promotora do interesse público, que não é imposta ou regulada.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a ação de responsabilidade social interna é superior à externa e à ambiental no Brasil. Especificamente com relação à ação ambiental, a ação ambiental interna, isto é, aquela ação ligada ao processo de operação da empresa é superior à ação ambiental externa. A ação ambiental de setores considerados com maior potencial de impacto ambiental é superior à dos demais. De modo contrário, verificou-se que a ação social interna e externa é superior para os setores não considerados com potencial de impacto ambiental pela Lei nº10.165/2000. Comparativamente, a responsabilidade ambiental total, e em suas duas vertentes, foi superior no período após a promulgação de Lei nº10.165/2000. Este resultado é observado para as empresas de setores não considerados impactantes pela Lei e, destacadamente para os setores de médio impacto ambiental.

Os setores considerados como de médio potencial de impacto ambiental parecem ter visto a necessidade de intensificar sua ação ambiental mais fortemente, enquanto as empresas de setores de alto potencial de impacto ambiental, possivelmente, já atendiam a mais rigorosos padrões de ação

ambiental. Outra consideração importante é o fato de que os grupos de pessoas responsáveis pela definição da RSC da empresa no Brasil têm uma associação com o potencial de impacto ambiental da empresa estabelecido pela referida Lei nº10.165/2000. Setores de maior potencial de impacto ambiental tendem a concentrar a definição da política de RSC nas mãos da diretoria e gerência.

Os resultados obtidos nesta pesquisa são bons indicadores da realidade dos investimentos em Responsabilidade Social Corporativa no Brasil, uma vez que se trabalhou com todo o conjunto de empresas que adotaram a prática de evidenciação destas práticas por meio do Balanço Social do IBASE. Este grupo de empresas é, *a priori*, representativo das empresas que empreendem algum tipo de ação social no país. Especificamente, a Responsabilidade Ambiental no Brasil apresentou avanços ao longo do período pesquisado, sendo a empresa brasileira positivamente sensível ao aprimoramento da regulação ambiental, confirmando o efeito positivo da regulamentação (*enforcement of environmental regulations*) para o aprimoramento da preocupação ambiental empresarial.

Anexo A

Informações contidas no modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE

Categorias de informações	Descrição dos Indicadores
(1) Base de Cálculo	Informações financeiras, receita líquida, resultado operacional, e folha de pagamento bruta.
(2) Indicadores sociais internos	Valores destinados, voluntários e obrigatórios, que a empresa realiza para atender seus empregados.
(3) Indicadores sociais externos	Valores voluntários aplicados em educação, cultura, esporte, habitação, alimentação, entre outros, direcionados para a sociedade ou alguma comunidade beneficiária.
(4) Indicadores ambientais	Valores destinados a compensar os impactos ambientais da empresa e melhorar a qualidade na produção, visando à redução e prevenção dos efeitos negativos ao meio ambiente. Estas destinações dividem-se em: investimentos relacionados com a produção/operação da empresa, e, investimentos em programas/projetos externos.
(5) Indicadores do corpo funcional	Informações sobre o número de colaboradores sob diferentes vínculos, empregados, estagiários, terceirizados, e, informações sobre a diversidade do corpo funcional.
(6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Indicadores qualitativos, informações sobre a participação interna nas políticas associadas à Responsabilidade Social Corporativa.
(7) Outras informações	Espaço disponibilizado para a empresa acrescentar informações adicionais que julgue ser relevantes sobre suas políticas e práticas sociais e ambientais.

Fonte: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)

REFERÊNCIAS

Baughn, C. C., Bodie, N. L. D., & McIntosh, J. C. (2007). Corporate social and environmental responsibility in asian countries and other geographical regions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 14(4), 189–205.

- Benoit-Moreau, F., & Parguel, B. (2011). Building brand equity with environmental communication: an empirical investigation in France. *EuroMed Journal of Business*, 6(1), 100-116.
- Biswas, A. K. (1986). Environment and law: a perspective from developing countries. *Environmental Conservation*, 13, 61-64.
- Cochran, P. L. (2007). The evolution of corporate social responsibility. *Business Horizons*, 50(6), 449-454.
- Crisóstomo, V. L., Freire, F. D. S., & Vasconcellos, F. C. (2011). Corporate social responsibility, firm value and financial performance in Brazil. *Social Responsibility Journal*, 7(2), 295-309.
- Crisóstomo, V. L., Parente, P. H. N., & Soares, P. M. (2011). Responsabilidade social corporativa e o modelo de balanço social proposto pelo IBASE. Paper presented at the *Congresso Nacional de Excelência em Gestão - Gestão de Riscos para a Sustentabilidade*, 7.
- Donaldson, T., & Preston, L. E. (1995). The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence, and implications. *The Academy of Management Review*, 20(1), 65-91.
- Feldman, Y., & Perez, O. (2009). How law changes the environmental mind: an experimental study of the effect of legal norms on moral perceptions and civic enforcement. *Journal of Law and Society*, 36(4), 501-535.
- Freeman, R. E. (1999). Divergent stakeholder theory. *Academy of Management Review*, 24(2), 233-236.
- Freeman, R. E., & Phillips, R. A. (2002). Stakeholder theory: a libertarian defense. *Business Ethics Quarterly*, 12(3), 331-349.
- Freeman, R. E., Wicks, A. C., & Parmar, B. (2004). Stakeholder theory and “the corporate objective revisited”. *Organization Science*, 15(3), 364-369.
- Fukuyama, K., Kilgour, D. M., & Hipel, K. W. (1996). Penalty as a component of review strategies for effective enforcement of environmental regulations. *Environmetrics*, 7(1), 77-95.
- Garrido, L. D., & Figueiredo, R. A. (2010). Gestão socioambiental de empresas no município de São Carlos (SP, Brasil). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 4(2), 56-74.
- Gemi (1998). *Environment: value to business*. Washington, DC: Global Environmental Management Initiative.
- Gemi (2001). *New paths to business value: strategic sourcing – environment, health and safety*. Washington, DC: Global Environmental Management Initiative.
- Gemi(2004). *Clear advantage: building shareholder value*. Washington, DC: Global Environmental Management Initiative.
- Gjørlberg, M. (2009). Measuring the immeasurable? Constructing an index of CSR practices and CSR performance in 20 countries. *Scandinavian Journal of Management*, 25(1), 10-22.
- Goldstein, I. (2007). *Responsabilidade social: das grandes corporações ao terceiro setor* (1 ed.). São Paulo: Ática.

IBASE (2008). *Balanço social, dez anos: o desafio da transparência*. Rio de Janeiro.

Jamali, D. (2008). A stakeholder approach to corporate social responsibility: a fresh perspective into theory and practice. *Journal of Business Ethics*, 82, 213–231.

Konisky, D. M. (2007). Regulatory competition and environmental enforcement: is there a race to the bottom? *American Journal of Political Science*, 51(4), 853-872.

Machado, M. R., Machado, M. A. V., & Santos, A. d. (2010). A relação entre o setor econômico e investimentos sociais e ambientais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 13(3), 102-115.

Margolis, J. D., & Walsh, J. P. (2003). Misery loves companies: rethinking social initiatives by business. *Administrative Science Quarterly*, 48(2), 268-305.

McWilliams, A., & Siegel, D. S. (2001). Corporate social responsibility: a theory of the firm perspective. *The Academy of Management Review*, 26(1), 117-127.

MPF (2004). *Deficiências em estudos de impacto ambiental: síntese de uma experiência*. Brasília: Ministério Público Federal/4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Escola Superior do Ministério Público da União.

Padma, P., Ganesh, L. S., & Rajendran, C. (2008). A study on the ISO 14000 certification and organizational performance of Indian manufacturing firms. *Benchmarking: An International Journal*, 15(1), 73-100.

Polonsky, M. J., Carlson, L., & Grove, S. (1997). International environmental marketing claims - Real changes or simple posturing? *International Marketing Review*, 14(4), 218-232.

Prahalad, C. K., & Hamel, G. (1994). Strategy as a field of study: why search for a new paradigm? *Strategic Management Journal*, 15, 5-16.

Sebhatu, S. P., & Enquist, B. (2007). ISO 14001 as a driving force for sustainable development and value creation. *The TQM Magazine*, 19(5), 468-482.

Silva, H. L., & Cidade, L. C. F. (2006). Instrumentos de gestão ambiental: análise da experiência com a taxa de fiscalização ambiental no estado de Goiás. *Revista Múltipla (UPIS)*, 14, 147-161.

Tódero, M., Macke, J., & Biasuz, T. S. (2011). O consumo consciente e sua relação com as ações de responsabilidade social empresarial. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 5(1), 158-175.

Publicado em: 25/02/2012

Revisado em: 21/12/2012